



REGULAMENTO

DE

REGIME ESPECIAL E

TRATAMENTO DOMICILIAR

2010



Mantenedora

Fundação Educacional de Além Paraíba

Mantida

Faculdade de Ciências da Saúde Archimedes Theodoro

Prof^ª. Karime Augusta Baranda Fortes Zanardi

Diretora da Faculdade de Ciências da Saúde Archimedes Theodoro

Prof^ª. Mônica Madeira Sydio

Vice Diretora da Faculdade de Ciências da Saúde Archimedes Theodoro

Prof^º José Domingos Cassiano

Secretário Geral



Resolução Direção/FAC SAÚDE,
de 27 de Abril de 2010.

Regula as diretrizes e define regulamento de **Regime Especial e Tratamento Domiciliar** da Faculdade de Ciências da Saúde Archimedes Theodoro .

A Direção da Faculdade de Ciências da Saúde Archimedes Theodoro, no uso de suas atribuições regimentais, torna público o presente regulamento.

Os alunos impossibilitados de freqüentar as aulas são amparados pela legislação e pelo Regimento da IES, que prevê a realização de Regime Especial e Tratamento Domiciliar como forma de compensar a sua ausência em apenas três casos:

Art 1º - Decreto – Lei nº 1044/69, que prevê a compensação de ausências para portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas que provoquem incapacidade física relativa incompatível com a freqüência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar fora da IES. O período de afastamento amparado por esse Decreto-Lei é de, no mínimo 15 (quinze) dias e, no máximo, 90 (noventa) dias, dentro do semestre letivo.



Art 2º - Lei nº 6202/75, que ampara alunas em estado de gestação. Durante um período de quatro meses, a partir e a contar do 8º mês de gestação.

Art 3º – É aplicado o Regime Especial, também para alunos que cumpram Serviço Militar Obrigatório (Forças Armadas) ou Eleitoral, e aqueles convocados pelo Conselho de Sentença do Tribunal do Júri, participação de estudantes em congressos e competições artísticas ou desportivas de âmbito nacional ou internacional.

Parágrafo único - Quaisquer das condições descritas neste artigo deverão ser devidamente comprovadas, mediante laudo médico onde conste o código da Classificação Internacional da Doença (CID), e outros documentos pertinentes, juntamente com o período de afastamento.

Art 4º - O regime de tratamento domiciliar, somente compensa a ausência faz aulas. Compreende a atribuição de exercícios prescritos pelo professor da disciplina, a serem realizados pelo aluno fora da IES, **não** substituindo avaliações marcadas pela Secretaria da mesma.

Parágrafo único - O regime de tratamento domiciliar será autorizado para disciplinas nas quais o acompanhamento da aprendizagem se mostrar pedagogicamente viável a critério da IES, não sendo extensivo à parte prática das disciplinas e estágio supervisionado.

Parágrafo único - O tratamento domiciliar somente será permitido se o período de afastamento não causar prejuízos irreparáveis à continuidade do processo pedagógico, a juízo da Coordenação de Curso.



Parágrafo único - Se a impossibilidade de comparecimento às aulas não estiver amparada pela legislação citada, ou for inferior a 15(quinze) dias, não poderá ser enquadrada no regime especial e tratamento domiciliar. Nesse caso, estará contida no percentual de 25% de ausências a que o aluno tem direito, de acordo com o Regimento da IES.

Art 5º - Para solicitar o regime de tratamento domiciliar, o aluno, ou pessoa por ele formalmente autorizada, deverá observar os seguintes procedimentos:

a) Os alunos enquadrados nas condições acima devem protocolar na Secretaria de Apoio o requerimento específico e retornar após 07 (sete) dias - prazo que o coordenador terá para analisar o requerimento. Caso o requerimento seja deferido, as provas já serão marcadas pelo coordenador.

b) Anexar ao requerimento laudo médico original, constando o código da doença e o período de afastamento, ou se for o caso, outros documentos pertinentes.

Art 6º - O deferimento ou indeferimento das solicitações de tratamento domiciliar, será de responsabilidade do(a) Coordenador(a) do Curso, o qual dará seu parecer final, no prazo de 07(sete) dias.

Parágrafo único - O(A) Coordenador(a) de Curso, informará os professores de cada disciplina, incumbindo-os de elaborar os exercícios domiciliares, os procedimentos de avaliação, as indicações bibliográficas e outras necessárias à continuidade do processo de aprendizagem em novos moldes.



Art 7º - Os trabalhos e exercícios domiciliares, uma vez concluídos, deverão ser protocolados pelo aluno junto à Secretaria da IES, onde serão encaminhados aos respectivos professores, para avaliação.

Art. 8º - Terminado o prazo de afastamento, o aluno que não realizou as avaliações deverá retornar a IES para realizar as avaliações já marcadas pela coordenação de curso.

Parágrafo único - O professor de cada disciplina fará a correção da prova, registrando na ata e diário a nota atribuída e encaminhando-a para a Secretaria da IES.

Parágrafo único – O aluno em tratamento especial e exercício domiciliar, somente poderá se matricular no período subsequente, após as realizações de todas as avaliações que perdeu em seu período de afastamento, e se for aprovado nas disciplinas, podendo somente acumular o máximo de 07 (sete) dependências.

Art 9º - É vedado ao aluno em regime de tratamento domiciliar voltar às atividades escolares antes do prazo estabelecido no laudo médico, incluindo-se nessas atividades as previstas como avaliações.

Parágrafo único - Caso o médico libere o aluno para retornar às atividades escolares antes do prazo previamente estabelecido, o mesmo deverá protocolar na Secretaria de Apoio o requerimento de suspensão do exercício domiciliar, cabendo ao(a) Coordenador(a) autorizar a volta definitiva do aluno às atividades normais.

Art 10º - Os casos excepcionais serão julgados pela Direção da IES.



Art 11° - Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação

Além Paraíba, 27 de abril de 2010.

TRATAMENTO ESPECIAL (Exercícios domiciliares)

Aluno(a): _____

Curso: _____

Período: _____

Início do tratamento especial: ____/____/____

Término do tratamento especial: ____/____/____

- Decreto – Lei nº 1044/69, que prevê a compensação de ausências para portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas que provoquem incapacidade física relativa incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar fora da IES. O período de afastamento amparado por esse Decreto-Lei é de, no mínimo 15 (quinze) dias e, no máximo, 90 (noventa) dias, dentro do semestre letivo.

- Lei nº 6202/75, que ampara alunas em estado de gestação. Durante um período de quatro meses, a partir e a contar do 8º mês de gestação.

– É aplicado o Regime Especial, também para alunos que cumpram Serviço Militar Obrigatório (Forças Armadas) ou Eleitoral, e aqueles convocados pelo Conselho de Sentença do Tribunal do



Júri, participação de estudantes em congressos e competições artísticas ou desportivas de âmbito nacional ou internacional.

Será concedido ao (à) aluno(a) exercícios domiciliares relativos às disciplinas de caráter teórico. O exercício domiciliar destina-se a compensação de ausência às atividades escolares por meio de realização de trabalhos em casa durante o período de ausência.

O exercício domiciliar não dispensa o aluno da realização de avaliações e dos estágios curriculares, os mesmos serão aplicados no retorno a aluna.

O coordenador de curso, junto com o professor responsável da disciplina, deverá estipular os exercícios domiciliares, para que o aluno em tratamento especial consiga acompanhar o andamento da matéria. O aluno deverá entregar todos os trabalhos solicitados no retorno de seu afastamento.

Disciplinas referentes ao _____ período do curso de _____.

Os conteúdos e / ou exercícios serão enviados através de () e-mail ou () Secretaria de Apoio.

E-mail: _____

Comparecer a IES dia ____/____/____ às _____ h para resposta da análise da Coordenação.

Além Paraíba, ____/____/____.



Secretaria

Aluno

() Deferido () Indeferido em ____/____/____.

Coordenador(a) de Curso

O deferimento ou indeferimento das solicitações de tratamento domiciliar, será de responsabilidade do(a) Coordenador(a) do Curso, o qual dará seu parecer final, no prazo de dez dias.

Quaisquer das condições descritas neste artigo deverão ser devidamente comprovadas, mediante laudo médico onde conste o código da Classificação Internacional da Doença (CID), e outros documentos pertinentes, juntamente com o período de afastamento. O atestado deverá ser anexado neste documento.

Após avaliação da Coordenação, caso o requerimento seja deferido, a mesma deverá marcar as provas e apresentá-la ao aluno ou seu representante no dia que o mesmo comparecer a IES para receber a resposta do requerimento.



O aluno quando retornar a suas atividades, deverá realizar as avaliações previamente marcada pela Coordenação.

Aluno(a): _____

Curso: _____

Período: _____

Início do tratamento especial: ____/____/____

Término do tratamento especial: ____/____/____

DATA DAS AVALIAÇÕES

Curso: _____

Período: _____

Data das Avaliações	Disciplinas	Professor(a)



Coordenador(a) Curso

Aluno (Responsável)

SUSPENSÃO TRATAMENTO ESPECIAL (Exercícios domiciliares)

Aluno(a): _____

Curso: _____

Período: _____

O(a) aluno(a) somente poderá voltar às atividades escolares antes do prazo estabelecido no atestado médico, incluindo-se nessas atividades as previstas como avaliações, caso o médico o libere para retornar às atividades escolares antes do prazo previamente estabelecido. Neste caso, deverá apresentar outro atestado. O(a) aluno deverá protocolar na Secretaria de Apoio o requerimento de suspensão do exercício domiciliar, cabendo ao(a) Coordenador(a) autorizar a volta definitiva do(a) aluno(a) às atividades normais. O(a) Coordenador terá um prazo de 07(sete) dias úteis para análise do pedido.

Além Paraíba, ____/____/____.

Aluno(a)



() Deferido () Indeferido em ____/____/____.

Coordenador(a) de Curso

Quaisquer das condições descritas neste artigo deverão ser devidamente comprovadas, mediante laudo médico onde conste o código da Classificação Internacional da Doença (CID), e outros documentos pertinentes, juntamente com o período de afastamento. O atestado deverá ser anexado neste documento.



SUSPENSÃO TRATAMENTO ESPECIAL (Exercícios domiciliares)

O(a) aluno(a) _____ Nº Matrícula _____
RG _____ CPF _____, do curso de _____,
matriculada no _____ período, entrou com pedido de suspensão do Tratamento Especial , de acordo com as normas estabelecidas pela IES, em seu regulamento de Tratamento Especial e Exercícios Domiciliares e de acordo com as leis vigentes. Junto com o pedido de suspensão, foi anexado o atestado médico, liberando a aluna a retornar suas atividades escolares. A aluna atesta que em seu afastamento, foi cumprido o regulamento pela IES, emitindo as matérias através de _____ para a aluna afastada, conforme documento de solicitação de tratamento especial.

Aluno(a)

Além Paraíba, _____ de _____ de _____.



SUSPENSÃO TRATAMENTO ESPECIAL (Exercícios domiciliares)

Aluno(a): _____

Curso: _____

Período: _____

Início da Suspensão : ____/____/____

Caso o(a) aluno(a) queira remarcar suas provas, em virtude do retorno antecipado de suas atividades escolares, deverá preencher a tabela abaixo, juntamente com o(a) Coordenador(a) de seu curso.

As provas serão realizadas no horário de aula, à partir das 18horas e 50 minutos, na sala de coordenação.

DATA DAS AVALIAÇÕES

Curso: _____

Período: _____

Data Remarcadas das Avaliações	Disciplinas	Professor(a)
--------------------------------	-------------	--------------

